



1. Introdução

A A PayPayUE – Instituição de Pagamento, Unipessoal, Lda, é uma sociedade unipessoal por quotas, constituída em 2006, que exerce outras atividades de serviços financeiros diversos, n.e., exceto seguros e fundos de pensões.

De acordo com o disposto no artigo 65º. do Código das Sociedades Comerciais, a gerência da A PayPayUE vem apresentar o seu relatório de gestão, as contas do exercício assim como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, referentes ao exercício de 2019.

2. Evolução da Atividade da Empresa

Durante o ano de 2019 a empresa apresentou um volume de negócios no montante de 205.808,92€ e não foram realizados investimentos, nem atividades de investigação e desenvolvimento.

A A PayPayUE continua a não ter sucursais.

Nos Rendimentos, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Rendimentos		
Outras Comissões Recebidas	205 808,92	104 983,46
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	25 524,71	9 419,60
Total de Rendimentos	231 333,63	114 403,06

Nos Gastos, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Gastos		
Juros e Encargos Similares	822,97	1 123,96
Outras Comissões Pagas	1 041,45	1 022,73
Perdas em operações financeiras	0,00	0,00
Gastos com o Pessoal	90 912,73	93 375,06
Gastos Gerais Administrativos	117 478,80	70 773,42
Outros Encargos e Gastos Operacionais	44,33	56,60
Outros Impostos	2 056,57	3 140,40
Imparidades	39 615,02	0,00
Amortizações do Exercício	6 261,48	6 261,48
Total de Gastos	258 233,35	175 753,65



Nos Resultados, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Resultados antes de impostos	-26 899,72	-61 350,59
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-26 899,72	-61 350,59

3. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Perante a evolução epidemiológica do novo coronavírus (COVID-19), de uma forma generalizada por todo o Mundo e onde Portugal não é exceção, a PayPay decidiu colocar em prática um plano de contingência, como ação preventiva de carácter excecional, por forma a salvaguardar a saúde dos colaboradores, reduzir o risco de contágio e assegurar a continuidade dos serviços prestados.

No seguimento desta decisão, destacam-se as seguintes medidas:

- Está condicionado o acesso de todos os clientes, visitas e fornecedores, às instalações da PayPay, nomeadamente para a realização de reuniões, visitas, acompanhamento de projetos ou outros;
- Estão adiadas todas as deslocações da nossa equipa comercial, pelo que privilegiaremos as alternativas que a tecnologia nos oferece para podermos continuar a disponibilizar-lhes todo o nosso apoio (acesso remoto, videoconferências, dispositivos móveis, email, contacto telefónico, etc.);
- Reforço das infraestruturas tecnológicas para permitir trabalho à distância a um número alargado de colaboradores;
- Períodos de quarentena preventiva em caso de suspeição de infeção ou contágio, para colaboradores recém-chegados de geografias classificadas como críticas ou suspeita de contágio e para colaboradores com situações de saúde mais frágeis, aos quais serão disponibilizados meios para desenvolverem a sua atividade em teletrabalho.
- Mantêm-se em funcionamento, todos os restantes meios de contacto habitual com a PayPay, nomeadamente email e linhas telefónicas;

Estima-se que a pandemia de COVID-19 traga, por um lado, impacto negativo às receitas da PayPay, tendo em conta a redução de atividade por parte de alguns clientes, mas por outro lado, um impacto positivo, visto que os pagamentos à distância são amplamente divulgados e aconselhados pelas autoridades, em detrimento da redução dos pagamentos presenciais. Apenas quando a situação do país normalizar, é que será possível estimar o impacto com maior certeza.

4. Evolução Previsível da Atividade

A Gerência considera que no ano seguinte terá um resultado positivo, apostando na disponibilização de mais serviços e melhoria dos atuais e assim reforçar a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

5. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

A Gerência propõe que ao resultado líquido do exercício, no valor negativo de 26.899,72€, seja aplicado da seguinte forma:

- -26.899,72€ para Resultados Transitados;

7. Negócios com a Sociedade

Não se realizaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus gestores.

8. Valor nominal das Quotas

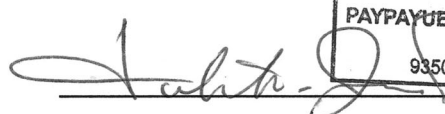

	Unidade Monetária: Euros		
	Valor Nominal das Quotas a 1 de Janeiro	Aumentos	Valor Nominal das Quotas a 31 de Dezembro
Datarede, S.A.	260 000,00	100 000,00	360 000,00

Gerentes:

- Tolentino de Deus Faria Pereira
- José António da Silva de Abreu
- José Luís de Sousa

25 de março de 2020,


A Gerência,

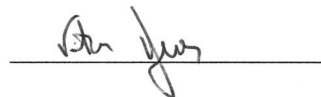


NIF: 507 979 168
PAYPAYUE - Instituição de Pagamento, Unip. Lda
Rua 1º de Julho, n.º 1
9350-206 Ribeira Brava - Madeira

Nota	Descrição	Atividade Global				Serviços de Pagamento		Outros Serviços	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior	Valor líquido	Ano anterior	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	4	5	6	7	8
	Ativo								
5	Saldos de caixa em bancos centrais	16 583,70	0,00	16 583,70	12 078,55	16 583,70	12 078,55	0,00	0,00
7	Ativos tangíveis	453 085,80	150 247,75	302 838,05	309 099,53	0,00	0,00	302 838,05	309 099,53
12	Ativos por impostos correntes	3 506,26	0,00	3 506,26	4 526,92	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outros Ativos	1 873,23	0,00	1 873,23	1 412,34	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do Ativo	475 048,99	150 247,75	324 801,24	327 117,34	16 583,70	12 078,55	302 838,05	309 099,53
	Passivo								
8	Outros passivos financeiros			43 883,13	64 111,88	0,00	0,00	43 883,13	64 111,88
13	Compromissos e garantias concedidos			13 493,45	15 754,94	13 493,45	15 754,94	0,00	0,00
13	Outros passivos			80 739,29	33 665,43	80 739,29	33 665,43	0,00	0,00
	Total do Passivo			138 115,87	113 532,25	94 232,74	49 420,37	43 883,13	64 111,88
	Capital Próprio								
14	Capital			360 000,00	260 000,00	360 000,00	260 000,00	0,00	0,00
14	Instrumentos de capital próprio emitidos			60 000,00	160 000,00	60 000,00	160 000,00	0,00	0,00
14	Lucros retidos			-206 414,91	-145 064,32	-206 414,91	-145 064,32	0,00	0,00
6	Resultado do exercício			-26 899,72	-61 350,59	-26 899,72	-61 350,59	0,00	0,00
	Total do Capital			186 685,37	213 585,09	186 685,37	213 585,09	0,00	0,00
	Total do Capital Próprio e Passivo			324 801,24	327 117,34	280 918,11	263 005,46	43 883,13	64 111,88

A Gerência,

O Contabilista Certificado,


PayPay
 NIF: 507 979 168
 PAYPAYUE - Instituição de Pagamento, Unip. Lda
 Rua 1º de Julho, n.º 1
 9150-006 Ribeira Brava - Madeira





Instrução n.º 18/2005
Demonstrações financeiras de instituições de pagamento
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Modelo IV - IP

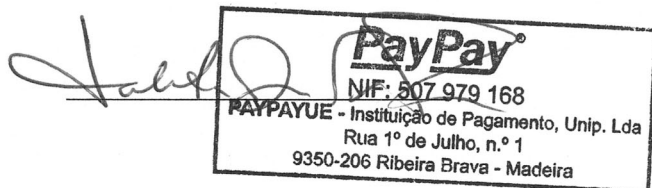
PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA
Base de reporte: Individual - NIC

Dezembro de 2019
Unidade Monetária: Euros

Nota	Descrição	Atividade Global		Serviços de pagamento		Outros Serviços	
		Ano	Ano Anterior	Ano	Ano Anterior	Ano	Ano Anterior
		1	2	3	4	5	6
11	Despesas com juros sobre ativos	-822,97	-1 264,27	0,00	0,00	-822,97	-1 264,27
9	Receitas de taxas e comissões	205 808,92	104 983,46	205 808,92	104 983,46	0,00	0,00
18	Despesas de taxas e comissões	-1 041,45	-882,42	-1 041,45	-882,42	0,00	0,00
	Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras receitas operacionais	25 524,71	6 222,60	25 524,71	6 222,60	0,00	0,00
	Receitas operacionais	229 469,21	109 059,37	230 292,18	110 323,64	-822,97	-1 264,27
10	Despesas com o pessoal	-90 912,73	-93 375,06	-90 912,73	-93 375,06	0,00	0,00
15	Outras despesas administrativas	-119 579,70	-70 773,42	-119 579,70	-70 773,42	0,00	0,00
17	Imparidades	-39 615,02	0,00	-39 615,02	0,00	0,00	0,00
7	Depreciações	-6 261,48	-6 261,48	0,00	0,00	-6 261,48	-6 261,48
	Lucros ou prejuízos antes de impostos	-26 899,72	-61 350,59	-19 815,27	-53 824,84	-7 084,45	-7 525,75
6	Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Lucros ou prejuízo do exercício	-26 899,72	-61 350,59	-19 815,27	-53 824,84	-7 084,45	-7 525,75

A Gerência,

O Contabilista Certificado,





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

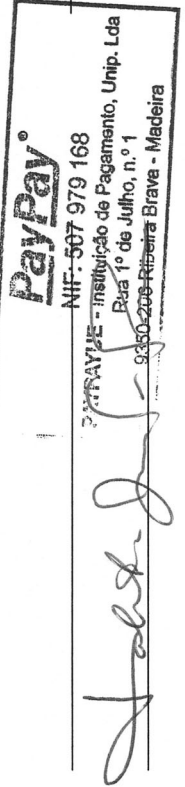
PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA

Dezembro de 2019
Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período 2018	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-172 193,87	27 129,55	274 935,68
Alterações no Período:							
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas Políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações no Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	27 129,55	-27 129,55	0,00
Resultado Líquido do Período					27 129,55	-27 129,55	0,00
Operações com Detentores de Capital:							
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2018	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-145 064,32	-61 350,59	213 585,09
Posição no início do período 2019	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-145 064,32	-61 350,59	213 585,09
Alterações no Período:							
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas Políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações no Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	-61 350,59	61 350,59	0,00
Resultado Líquido do Período					-61 350,59	61 350,59	0,00
Operações com Detentores de Capital:							
Realizações de Capital	100 000,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações	100 000,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	-26 899,72	-26 899,72
Posição no fim do período 2019	360 000,00	60 000,00	0,00	0,00	-206 414,91	-26 899,72	186 685,37

Gerência

Contabilista Certificado



PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA

Dezembro de 2019
Unidade Monetária: Euros

			Períodos	
			2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de Clientes		+	281 265,17	140 143,68
Pagamentos a Fornecedores		-	-137 745,22	-97 207,57
Pagamentos relativos ao Pessoal		-	-90 923,00	-82 407,09
Fluxo Gerados pelas Operações:		+/-	52 596,95	-39 470,99
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-/+	0,00	-1 676,92
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		+/-	-26 643,13	41 473,18
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:	(1)	+/-	25 953,82	325,27
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:			0,00	0,00
Ativos Fixos Tangíveis		+	0,00	0,00
Ativos Intangíveis		+	0,00	0,00
Outros Ativos		+	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento		+	0,00	0,00
Juros e Rendimentos similares		+	0,00	0,00
Dividendos		+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			0,00	0,00
Ativos Fixos Tangíveis		-	0,00	0,00
Ativos Intangíveis		-	0,00	0,00
Investimentos Financeiros		-	0,00	0,00
Outros Ativos		-	0,00	0,00
Fluxo das Actividades de Investimento:	(2)		0,00	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:			0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		+	0,00	0,00
Realizações de Capital e Outros Instrumentos de Capital Próprio		+	0,00	0,00
Subsídios e Doações		+	0,00	0,00
Coberturas prejuízos		+	0,00	0,00
Outras Operações de Financiamentos		+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			-21 448,67	-21 114,16
Financiamentos Obtidos		-	-20 228,75	-19 631,25
Juros e Gastos similares		-	-1 219,92	-1 482,91
Dividendos		-	0,00	0,00
Reduções de Capital e Outros Instrumentos de Capital Próprio		-	0,00	0,00
Outras Operações de Financiamentos		-	0,00	0,00
Fluxo das Actividades de Financiamento:	(3)		-21 448,67	-21 114,16
Variação de Caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		4 505,15	-20 788,89
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	12 078,55	32 867,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	16 583,70	12 078,55

Gerência

Contabilista Certificado

[Handwritten Signature]



1. Identificação da Entidade

A PayPayUE – Instituição de Pagamento, Unipessoal, Lda é uma sociedade unipessoal por quotas, constituída em Dezembro de 2006, com sede na Estrada Regional 104, n.º 42-A, 9350-203 Ribeira Brava, registada na Conservatória do Registo Comercial da Ribeira Brava, com o número 507979168.

Em Maio de 2014, a sociedade obteve autorização por parte do Banco de Portugal para sua transformação em Instituição de Pagamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro.

A atividade principal da sociedade é outras atividades de serviços financeiros diversos, n.e., exceto seguros e fundos de pensões.

O capital social é representado por 360.000,00€, encontrando-se totalmente realizado, pelo sócio único, DATAREDE S.A..

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Instituições de Pagamento estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, pelo que estão obrigadas a elaborar as suas contas individuais em conformidade com as Normas de Internacionais de Contabilidade (NIC) de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, e do Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e elaboradas em base individual, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), nos termos do aviso nº 5/2015, de 30 de dezembro e das Instruções nº 23/2017 e nº 1/2019, do Banco de Portugal.

Não houve qualquer alteração ao normativo contabilístico e aos critérios de elaboração das demonstrações financeiras, entre este exercício e o anterior, pelo que as demonstrações financeiras são comparáveis.

As demonstrações financeiras foram apresentadas em euros. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o euro, utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

a) Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade tem capacidade de prosseguir com o seu negócio, e não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

b) Regime de Acréscimo

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, exceto a demonstração de fluxos de caixa, pelo que os elementos das demonstrações financeiras são registados e relatados nos períodos com os quais se relacionem, se for provável que qualquer benefício económico futuro, associado com o elemento, fluirá para, ou de, a empresa, e se o elemento tiver um custo ou um valor que possa ser quantificado com fiabilidade.

c) Materialidade e agregação

Todos os itens foram agregados e classificados em classes de acordo com a sua natureza ou função, e apresentados nas demonstrações financeiras, em diversas linhas, individualmente ou agregados, de acordo com a sua materialidade. Todas as omissões ou declarações incorretas de itens só são relevantes, individual ou coletivamente, se influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras.

d) Compensação

Todos os ativos e passivos ou rendimentos e gastos, não são compensados, sendo relatados separadamente, exceto quando a compensação reflete a substância da transação ou outro acontecimento.

e) Comparabilidade

Todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras do período corrente são comparáveis com a informação do período anterior, sendo incluída toda a informação comparativa relevante, para melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

f) Consistência

A apresentação e classificação dos itens constantes das demonstrações financeiras estão consistentes com os apresentados nas demonstrações financeiras do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as abaixo descritas:

a) Outros Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos com ativo quando for provável que gerem benefícios económicos futuros para a entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, por duodécimos, de acordo com a vida útil definida no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

b) Locações

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Uma locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido. Uma locação operacional é uma locação que não seja uma locação financeira.

As locações são reconhecidas inicialmente como um ativo e como uma obrigação de pagamentos futuros da locação, distinguidos entre passivos correntes e não correntes. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente.

c) Reconhecimento dos proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:



- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

d) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca do serviço prestado pelos empregados.

Os benefícios com os empregados são reconhecidos como passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro, e como custo, quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

e) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, formam parte do custo desse ativo. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto.

Os custos de empréstimos obtidos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e os custos possam ser fiavelmente mensurados. E os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

f) Partes Relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas e saldos pendentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. As transações efetuadas entre as partes relacionadas e as partes não relacionadas são feitas nos mesmos termos.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros apenas são reconhecidos quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Handwritten initials and a signature.

Os instrumentos de capital próprio só são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço, que incluem os depósitos à ordem, e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

As contas de depósitos à ordem são utilizadas de acordo com a atividade da empresa, tendo uma conta que é exclusivamente utilizada para as transações relacionadas com a atividade de serviços de pagamento dos clientes.

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas, nem se verificaram erros materiais.

5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

De acordo com as divulgações na demonstração de fluxos de caixa, o montante das disponibilidades em outras instituições de crédito decompõe-se do seguinte modo:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	16 583,70	12 078,55
Total	16 583,70	12 078,55



6. Impostos sobre o Rendimento

O valor do imposto sobre o rendimento no final do período decompõe-se da seguinte forma:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Resultado Antes de Impostos	-26 899,72	-61 350,59
Imposto Corrente	0,00	0,00
IRC	0,00	0,00
Derrama	0,00	0,00
Tributações Autónomas	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-26 899,72	-61 350,59
Taxa Média Efectiva de Imposto	0%	0%

	2019	2018
Resultado Antes de Impostos	-26 899,72	-61 350,59
Variações patrimoniais negativas	0,00	0,00
Variações patrimoniais positivas	0,00	0,00
Gastos não dedutíveis	48 829,52	10 717,35
Rendimentos não tributáveis	0,00	0,00
PREJUÍZO FISCAL		
LUCRO TRIBUTÁVEL	21 929,80	-50 633,24
Prejuízos fiscais deduzidos	3 737,86	0,00
Benefícios fiscais	16 590,00	7 070,00
MATÉRIA COLECTÁVEL	1 601,94	-57 703,24
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	208,25	0,00
Benefícios fiscais	0,00	0,00
Pagamento especial por conta	208,25	3 506,26
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamentos por conta	0,00	1 020,66
IRC A PAGAR	0,00	0,00
IRC A RECUPERAR	0,00	1 020,66
Derrama	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
TOTAL A PAGAR	0,00	0,00
TOTAL A RECUPERAR	0,00	1 020,66

Os benefícios fiscais decompõem-se por:

RCCS apurado em 2017: 980 euros

EBF19 apurado em 2018: 8.610 euros

RCCS apurado em 2019: 7.000 euros

Total = 16.590 euros

7. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

Unidade Monetária: Euros					
	Saldo em 31-12-2018	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correções e transferências	Saldo em 31-12-2019
Imóveis					
Terrenos	64 900,23	0,00	0,00	0,00	64 900,23
Edifícios	316 584,68	0,00	0,00	0,00	316 584,68
Equipamento					
Mobiliário e material	3 704,39	0,00	0,00	0,00	3 704,39
Máquinas e ferramentas	44 646,50	0,00	0,00	0,00	44 646,50
Equipamento informático	23 250,00	0,00	0,00	0,00	23 250,00
Total Bruto	453 085,80	0,00	0,00	0,00	453 085,80
	Saldo em 31-12-2018	Amortizações	Abates e alienações	Correções e transferências	Saldo em 31-12-2019
Imóveis					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	72 385,38	6 261,48	0,00	0,00	78 646,86
Equipamento	0,00				0,00
Mobiliário e material	3 704,39	0,00	0,00	0,00	3 704,39
Máquinas e ferramentas	44 646,50	0,00	0,00	0,00	44 646,50
Equipamento informático	23 250,00	0,00	0,00	0,00	23 250,00
Total de Amortizações	143 986,27	6 261,48	0,00	0,00	150 247,75
Total Líquido	309 099,53	-6 261,48	0,00	0,00	302 838,05

8. Recurso de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2019, a PayPay mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Edifício Rua 6 de Maio – Contrato n.º 450005240, com o Millennium BCP

	Unidade Monetária: Euros			Unidade Monetária: Euros		
	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Recursos em outras instituições de crédito						
Locações						
Imóveis	19 631,25	24 251,88	43 883,13	19 631,25	44 480,63	64 111,88
Total	19 631,25	24 251,88	43 883,13	19 631,25	44 480,63	64 111,88

Os pagamentos mínimos do capital em dívida relativos aos contratos de locação financeira são os seguintes:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Capital em dívida		
Pagamentos até 1 ano	19 631,25	19 631,25
Pagamentos entre 1 ano e 5 anos	24 251,88	44 480,63
Pagamentos a mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	43 883,13	64 111,88

9. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões reconhecidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Prestação de Serviços		
Comissões	205 808,92	104 983,46
Total	205 808,92	104 983,46

10. Custo com o pessoal

Durante o exercício de 2019, a PayPay empregou um número médio de 3 colaboradores, que se decompõe da seguinte forma:

Descrição	Nº Médio de Trabalhadores	Nº Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa remuneradas		
Homens	1	0,00
A tempo completo	1	1 760,00
A tempo parcial	0	0,00
Mulheres	2	3 520,00
A tempo completo	2	3 520,00
A tempo parcial	0	0,00
Total	3	3 520,00

Os benefícios de empregados suportados no exercício decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Gastos com o Pessoal		
Remuneração de empregados	73 532,94	73 612,45
Encargos sociais obrigatórios	16 745,38	16 866,95
Outros custos com pessoal	634,41	2 895,66
Total	90 912,73	93 375,06

11. Juros e Encargos similares

A totalidade dos custos de financiamentos obtidos respeita a bens adquiridos em regime de locação financeira, constantes na nota 8.

Os saldos dos Juros e Encargos Similares, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Juros e Encargos Similares		
Juros de Financiamentos Obtidos	822,97	1 123,96
Outros Juros e Encargos Similares	0,00	140,31
Total	822,97	1 264,27

12. Ativos por Impostos correntes

O saldo dos ativos por impostos correntes, correspondem na sua totalidade aos pagamentos especiais por conta realizados entre 2014 e 2018.

13. Outros ativos e outros passivos

Os saldos de outros ativos e outros passivos, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Outros Ativos		
Outros activos	1 514,35	965,01
Outros credores (regularização)	0,00	0,00
Despesas com encargo diferido		
Seguros	358,88	447,33
Devedores e outras aplicações	0,00	0,00
Total Ativos	1 873,23	1 412,34
Outros Passivos		
Sector público administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	10 099,46	6 084,28
Retenção de imposto na fonte	2 356,00	2 212,00
Contribuições para seg.social	3 580,75	1 518,45
Outros credores	0,00	0,00
Outros Passivos	64 703,08	23 850,70
Subtotal	80 739,29	33 665,43
Encargos a pagar por Gastos com o Pessoal	-7,67	2 591,85
Outros encargos a pagar		
Remunerações a Liquidar	13 501,12	13 163,09
Informatica	0,00	0,00
Subtotal	13 493,45	15 754,94
Total Passivos	94 232,74	49 420,37

14. Capital e Outros Instrumentos de Capital

Os saldos do Capital e Outros Instrumentos de Capital, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Capital Próprio		
Capital	360 000,00	260 000,00
Reservas	0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital	60 000,00	160 000,00
Resultados Transitados	-206 414,91	-145 064,32
Subtotal	213 585,09	274 935,68
Resultado Líquido do exercício	-26 899,72	-61 350,59
Total	186 685,37	213 585,09

Durante o ano de 2019 foram realizados aumentos de Capital Social no valor de 100.000,00 euros, mediante conversão de prestações suplementares.

Para a conta de Resultados Transitados foi transferido o Resultado Líquido de Exercício negativo do ano anterior, no montante de -61.350.59€, conforme Ata da Assembleia Geral nº 28, de 27.03.2019.

15. Gastos gerais e administrativos

Os saldos de Gastos Gerais Administrativos, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Gastos Gerais Administrativos		
Outros fornecimentos de terceiros	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Formação de pessoal	0,00	0,00
Seguros	430,68	430,68
Serviços Especializados		
Comissões Bancárias	112 926,87	66 367,84
Outros Serviços	6 222,15	3 974,90
Total	119 579,70	70 773,42

16. Outros resultados de Exploração

Os saldos de outros encargos e gastos operacionais, no exercício de 2019 decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Outros encargos e gastos operacionais		
Outros ativos não financeiros	0,00	0,00
Regularizações Conta Corrente	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Outros Impostos		
Impostos diretos	0,00	3 155,71
SubTotal	0,00	3 155,71
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	0,00	0,00
Regularizações Conta Corrente	1 574,71	0,00
Outros	23 950,00	9 378,31
SubTotal	25 524,71	9 378,31
Total	25 524,71	6 222,60

17. Imparidades

Dizem respeito a um cliente de cartão de crédito identificado por suspeitas de fraude. O caso seguiu os trâmites legais e a expectativa é de recuperação dos valores no decorrer de 2020.

18. Encargos com serviços e comissões

Os saldos de outras comissões pagas, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Outras comissões pagas		
Garantias e Avals	345,75	352,25
Operações de Crédito	51,20	51,20
Outros serviços bancários	644,50	478,97
Total	1 041,45	882,42

19. Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Os saldos de Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, no exercício de 2019, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2019	2018
Perdas em operações financeiras		
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor (Fundo de Compensação)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

20. Eventos Subsequentes


Estima-se que a pandemia de COVID-19 traga, por um lado, impacto negativo às receitas da PayPay, tendo em conta a redução de atividade por parte de alguns clientes, mas por outro lado, um impacto positivo, visto que os pagamentos à distância são amplamente divulgados e aconselhados pelas autoridades, em detrimento da redução dos pagamentos presenciais. Apenas quando a situação do país normalizar, é que será possível estimar o impacto com maior certeza.

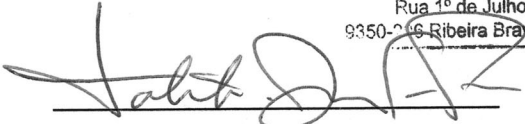
21. Divulgações exigidas por diplomas legais

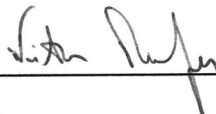
O total dos honorários do Revisor Oficial De Contas, Cascais & Cravo, SROC, Lda, com o NIF 513783520, pela prestação de serviços da Revisão Legal de Contas, referente ao exercício de 2019, foi de 2.750,00€, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Gerência

Contabilista Certificado


NIF: 507 979 168
PAYPAY,DE - Instituição de Pagamento, Unip. Lda
Rua 1.º de Julho, n.º 1
9350-246 Ribeira Brava - Madeira





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO UNIPESSOAL, LDA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 324.801,24 euros e um total de capital próprio de 186.685,37 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.899,72 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO UNIPESSOAL, LDA.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas internacionais de contabilidade (NIC), de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

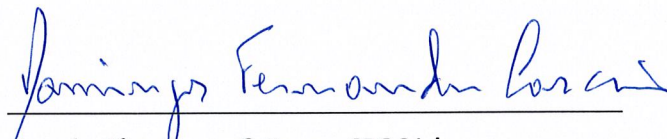
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 25 de março de 2020



Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265